

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XIII/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de outubro de 2016, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de lei n.º 291/XIII/1.ª (PCP) - Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança;**
Relator - Deputado José Silvano (PSD)
- 3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das conservatórias do registo civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares;**
- 4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Administração Interna a fim de prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação do novo Estatuto da GNR, cuja conclusão vem sendo anunciada reiteradamente e, ainda, para dar explicações sobre falhas repetidas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, designadamente a fuga na pista do aeroporto de cidadãos estrangeiros;**
- 5. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto que "Recomenda ao Governo a adoção de um conjunto de prioridades para a reforma do novo mapa judiciário" [Projeto de Resolução n.º 460/XIII/2.ª (BE)];**
- 6. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 7. Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 291/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Silvano (PSD) e, após uma curta intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), aprovado por unanimidade (nas suas partes I e III), na ausência do PEV.

No ponto seguinte, foi adiada a discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das conservatórias do registo civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, por se encontrar em preparação um texto único em substituição das propostas de alteração entretanto apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XIII/ 2.ª SL

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Senhora Ministra da Administração Interna a fim de prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação do novo Estatuto da Guarda Nacional Republicana (GNR), cuja conclusão vem sendo anunciada reiteradamente e, ainda, para dar explicações sobre falhas repetidas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, designadamente a fuga na pista do aeroporto de cidadãos estrangeiros, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), sublinhando a urgência da audição requerida e o facto de os temas a esclarecer não se relacionarem com questões orçamentais, o que justificaria a audição da Senhora Ministra em momento anterior às audições agendadas no âmbito do debate orçamental, ou seja, em data anterior a 2 de novembro. Acrescentou ainda que, dada a sensibilidade do segundo tema, e tal como resultava do requerimento apresentado, o Grupo Parlamentar do PSD admitia que parte da audição pudesse ser realizada à porta fechada.

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) lançou um apelo a que se reponderasse o uso da figura da «urgência» por considerar que, no requerimento em apreciação, a invocação de urgência não era manifestamente aplicável – havia pertinência, mas não urgência. Referiu também o facto de a Senhora Ministra da Administração Interna ter sido ouvida recentemente na Comissão sobre assuntos relacionados com a Proteção Civil e, no que respeita ao novo Estatuto da GNR, que a mesma teria esclarecido, em declarações públicas de 4 de outubro, que este assunto não se encontrava fechado. Dito isto, informou que o Grupo Parlamentar do PS se iria abster na votação do requerimento.

Em resposta, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) reiterou a urgência na audição solicitada, afirmando que não existia qualquer fraude ao conceito de urgência parlamentar.

No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 5/XIII/ 2.ª SL

Seguiu-se a fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que "Recomenda ao Governo a adoção de um conjunto de prioridades para a reforma do novo mapa judiciário" [[Projeto de Resolução n.º 460/XIII/2.ª](#) (BE)], tendo o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) exposto que o texto continha uma gralha, uma vez que haviam sido encerrados 20 tribunais, e não os apontados 21, facto este secundado pelos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e José Manuel Pureza (BE). No final, foram aceites, por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 132/DAPLEN/2016, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao sétimo ponto da ordem do dia, reservado a outros assuntos, tendo usado da palavra a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que deu conta do requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, no sentido de se proceder ao agendamento da nova apreciação dos [Projetos de lei n.ºs 245/XIII e 246/XIII](#) e do [Projeto de Resolução n.º 344/XIII](#), que haviam baixado, sem votação, à Comissão por um período de 45 dias, prazo entretanto largamente ultrapassado.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) concordou que tais iniciativas deveriam seguir a sua normal tramitação, alertando, ainda, para o facto de se tratarem de alterações ao Código Civil e ao Código Penal, motivo pelo qual teriam de ser realizadas as consultas necessárias. Em consequência, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) sugeriu que fossem solicitados os pareceres com a máxima urgência, concedendo-se um prazo para os restantes grupos parlamentares apresentarem propostas de alterações às iniciativas.

No final, o Senhor Presidente informou que iriam ser promovidas as consultas necessárias e que, em função da celeridade na obtenção de respostas, seria agendada a nova apreciação das referidas iniciativas legislativas, sem prejuízo do processo orçamental.

Ainda no ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) recordou que, no âmbito da apreciação do [Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª](#) (PS), fora solicitada uma audiência a esta Comissão pela Associação Portuguesa para a



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 5/XIII/ 2.ª SL

Igualdade Parental, pelo que solicitava informações sobre o seu agendamento, tendo o Senhor Presidente esclarecido que a audiência já havia sido agendada para o dia 19 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 5/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Jorge Lacão
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Elza Pais
Jamila Madeira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia